

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
10 AGO 2009
Protocolo 173/09
Processo 171/09

PROJETO DE LEI

Nº 016/09



AUTOR Deputado Ezequiel Neiva - PPS

Da nova redação ao Art. 1º; Art. 3º e seu
Parágrafo único, da Lei 852, de 26 de
novembro de 1999.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:

Art. 1º - o Art. 1º; Art. 3º e o seu Parágrafo Único, da Lei 852, de 26 de novembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos de segurança de uso individual, pela Secretaria de Estado da Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC, aos Policiais Militares, Policiais Cíveis e Agentes Penitenciários da ativa.” (NR).

Art. 2º.

“Art. 3º - Compete ao Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC, suprir a Polícia Militar, a Polícia Civil e Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, dos equipamentos de segurança mencionados no artigo anterior, em número suficiente para que todos os seus integrantes da ativa possam deles se utilizar.” (NR).

“Parágrafo único - À Polícia Militar, Polícia Civil e à Secretaria de Justiça – SEJUS, incumbem estabelecer os critérios de distribuição e de recolhimento dos referidos equipamentos de segurança.” (NR).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário das Deliberações, 06 de agosto de 2009.

Deputado Ezequiel Neiva
3º Secretário

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação visa atender toda a força de segurança pública do Estado de Rondônia que por sua vez é feita pelas Polícias Militar e Civil e pelos Agentes Penitenciários que trabalham no sistema prisional e que representam o Estado como força policial, e não tendo condições de prover sua própria segurança, andam fardados ou identificados como tal e desarmados, uma vez que está no combate diário à criminalidade, independente de estarem escalados ao serviço ou não, eles certamente não se omitem em estarem atentos e zelando pela sociedade.

Com esta medida estaremos deixando os quartéis, delegacias e reservas de armamentos menos abastecidos de material bélico, pois há ocasiões de extrema vulnerabilidade, devido o pequeno número de servidores de serviço.

Outro fato, se da na ocorrência do acionamento do plano de chamada onde o Policial Militar, Civil ou Agente Penitenciário já estará de posse de seu armamento e equipamento individual, e apresentando-se pronto para o serviço, numa eventual ocorrência de grande vulto ou de desordem pública.

É preciso assegurar pelo menos o mínimo de segurança a estes servidores que atuam diretamente no combate à criminalidade, e em alguns casos lidando com presos de alta periculosidade, enfrentando diariamente as ameaças, emboscadas, e até mesmo planos de assassinatos como represálias às suas respectivas atuações. Este Servidor Público vive sob atitude expectante ameaça constante, e até mesmo nas suas folgas corre risco de morte, por parte de ex-detentos, fugitivos da justiça, e toda a sorte de criminosos que atuam trazendo a instabilidade social.

Assim sendo, conto com o apoio dos nobres pares legisladores.

Plenário das Deliberações, 06 de agosto 2009.


Deputado Ezequiel Neiva
3º Secretário